

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA DA 94ª REUNIÃO

Data: 19 e 20 de outubro de 2016, de 9:00 as 18:00.

Local: Sala S-01, Subsolo 1, Ed. Marie Prendi Cruz, SEPN 505, Asa Norte, Brasília, DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão: Fabiano Chaves da Silva (fabiano.chaves@planejamento.gov.br);
- Ministério dos Transportes: Sirléa de Fátima Ferreira Leal Moura (sirlea.moura@transportes.gov.br);
- Ministério do Meio Ambiente/SRHU: Adriana Lustosa da Costa (adriana.lustosa@mma.gov.br);
- Ministério do Meio Ambiente/ANA: Rosana Mendes Evangelista (rosana.evangelista@ana.gov.br);
- Ministério das Minas e Energia: Lucia Maria Praciano Minervino (lucia.minervino@mme.gov.br);
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos MG/ES: Ausente (justificado);
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos RJ/SP: Ausente (justificado);
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos PR/DF: Olga R. R. Polatti (olgapolatti@aguasparana.pr.gov.br);
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos PB/BA: Ausente (justificado);
- Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto: Joaquim Souza (contato@aesbe.org.br);
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétricas: Renato Júnio Constâncio (renato.constancio@cemig.com.br);
- Indústrias: José Quadrelli Neto (jneto@cni.org.br);
- Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);
- Irrigantes: Luciana Brandão P. Bittencourt (marketing@febrapdp.org.br);
- Organizações Técnicas: Jussara Cabral Cruz (jussaracruz@gmail.com);
- Organizações de Ensino e Pesquisa: Anna Virgínia Muniz Machado (annav.machado@gmail.com);
- Organizações Não Governamentais: João Clímaco Soares de Mendonça (fonascdbh@yahoo.com.br).

DEMAIS PRESENTES:

- Leonardo Mitre Alvim de Castro (leomitre@hotmail.com).
- Leonardo Julian Rodrigues Klosovski (leonardo.rodrigues@mma.gov.br);
- Mirela Garaventa (mirela.garaventa@mma.gov.br);

RELATORIA:

- Antônio Calazans Reis Miranda (antonio.miranda@mma.gov.br).

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Item 1 – Abertura/Informes: A **Sra. Jussara Cabral (OT - ABRH)** fez a abertura da reunião iniciando com a apresentação dos presentes, e em seguida informou que as minutas de Resolução e de Parecer Técnico sobre o “Conteúdo mínimo dos relatórios de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil” já foram encaminhadas para a avaliação da CTIL. Sobre a questão o Parnaíba a **Sra. Rosana Evangelista (ANA)** explicou que não existe plano de

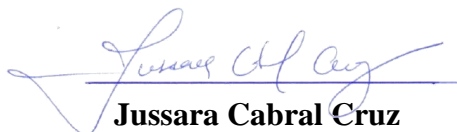
bacia, mas existe uma iniciativa da CODEVASF de realização de um estudo de diagnóstico para a bacia, que poderá ser utilizado como um subsídio importante para o futuro plano, que só será elaborado de fato quando for instituído um Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) daquela bacia hidrográfica, ou um grupo de trabalho que dará origem ao futuro comitê de bacia, assim como está ocorrendo na bacia do Paraguai. Em relação ao CBH para a região, a **Sra. Adriana Lustosa (MMA/SRHU)** esclareceu que ainda não existe comitê instituído, mas que existe uma minuta de pacto para a gestão na bacia entre aqueles estados, que vem sendo trabalhado por uma Comissão instituída com a participação de representantes dos segmentos dos estados componentes daquela bacia. O **Sr. João Clímaco (FONASC-CBH)** registrou que eles estão acompanhando o processo de negociação para a instituição do CBH Parnaíba e que os segmentos do setor público estão se empenhando para a sua instituição, mas que a comissão formada entre os estados não está adotando um canal de comunicação adequado e transparente, prejudicando a participação pública e a inclusão da sociedade civil no processo, já que está desinformada, sugerindo a criação de um canal oficial de difusão transparente das informações relativas ao processo de mobilização para instituição do Comitê. A **Sra. Adriana Lustosa (MMA/SRHU)** questionou se o momento oportuno para o envolvimento do CNRH nessas discussões não seria após a submissão dos documentos pela Comissão ao CNRH, sugerindo também que seria interessante levar este assunto sobre adequação da comunicação à CTEM. A CTPNRH concordou em aguardar o envio dos documentos de solicitação a respeito da instituição do CBH Parnaíba, que deve ser encaminhado oficialmente e em momento oportuno pela Comissão, para que seja dado encaminhamento sobre essas tratativas pelo CNRH. [Item 2 – Aprovação da Ata 94ª Reunião:](#) A ata foi apresentada aos presentes e, não havendo manifestações a respeito de seu conteúdo, aprovada integralmente pelos membros da CTPNRH/CNRH, passando-se para o item seguinte da pauta. [Item 3 – Apresentação sobre o processo de elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai, pelo Coordenador do Grupo de Acompanhamento, Sr. Leonardo Sampaio:](#) O **Sr. Leonardo Sampaio (Coordenador do GAP)**, da Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, fez a apresentação do andamento das atividades desde a primeira reunião de instalação do Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraguai (GAP), ocorrida nos dias 04 e 05/12/2014, até sua última reunião ocorrida 11/08/2016. Esclareceu que o GAP definiu diretrizes macro para os Termos de Referência (TDR) para contratação de consultorias. Informou sobre a previsão da próxima reunião do GAP, que depende da contratação, que está em trâmite na ANA, para a elaboração dos produtos relativos ao Plano, que serão avaliados pelo Grupo. Informou sobre as discussões para integrar a Comissão da Reserva da Biosfera do Pantanal aos trabalhos do GAP, com intuito de impulsionar a reativação dessa Comissão e garantir o reconhecimento do Pantanal enquanto reserva da biosfera perante a UNESCO. Esclareceu sobre as tratativas do GAP junto aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERHs) do MT e MS, buscando a participação dos representantes dos pescadores artesanais e da agricultura familiar no GAP, de acordo com a Resolução CNRH nº 176/2016, que alterou a Resolução CNRH nº 152/2013, e atendendo à demanda do FONASC-CBH, mas chamou a atenção para a competência dos CERHs em relação a essas indicações, sendo que o GAP não interfere nas decisões dos conselhos, mas apenas sugere as indicações. Ao mesmo tempo, ressaltou que estas questões têm sido tratadas dentro da legalidade pelo GAP, seguindo as Resoluções do CNRH, e que essas discussões têm tomado muito tempo e exaltado os ânimos nas reuniões do grupo, porém estão conseguindo superar estes entraves a partir do diálogo com o FONASC-CBH. Questionou sobre a indicação pelo CNRH de representante do setor hidroviário do Estado do Pará, sendo que existe representação da hidrovia do Paraguai cuja participação no GAP seria de grande contribuição. A **Sra. Jussara Cabral (OT - ABRH)** agradeceu pelos esclarecimentos e colocou que a Lei nº 9.433/97 é uma Lei que demanda essencialmente a pactuação sobre os diversos aspectos previstos nela, que não são profundamente detalhados

justamente para permitir o diálogo e a pactuação, e defendeu que os CERHs é que devem chamar os representantes interessados para uma reunião e escolha de membros para o GAP, seguindo assim a essência da pactuação contida na Lei e buscando a melhoria da representatividade. O **Sr. João Clímaco (FONASC-CBH)** informou que existe uma sociedade civil organizada na região que se encontra mobilizada contra o plano de construção de diversas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) naquela região, e contra outros empreendimentos prejudiciais ao meio ambiente e à população local. Informou também que no Estado do MS, a ideia de hegemonia do poder está muito longe de reconhecer os movimentos como relevantes nas tomadas de decisão, e que o CERH daquele Estado aparenta ser uma associação de amigos formada por integrantes do poder público, de ideologia dominante e escravagista, que tem o Estado como instrumento de acumulação de renda para estes grupos economicamente dominantes, levando à indicação de funcionários públicos do Estado do MS para as vagas de representantes do seguimento da Sociedade Civil para o CERH e para o GAP. O **Sr. Wilson de Azevedo (CTRQ)** lembrou que talvez exista uma normativa que suspenda a construção das PCHs na bacia do Pantanal até que o plano da bacia estivesse concluído. Então o **Sr. Leonardo Sampaio (Coordenador do GAP)** complementou que a ANA chegou a tentar uma articulação entre os Estados do MS e MT no sentido de proporem uma moratória contra a construção das PCHs na região, mas que não obteve sucesso. Porém, segundo ele, o Ministério Público Federal (MPF) emitiu uma liminar que suspendeu a construção das PCHs, mas esta liminar também já foi suspensa, e agora o MPF entrou com nova liminar suspendendo os licenciamentos de empreendimentos na região (agropecuário, indústrias dentre outros), mas que também já foi suspensa. A **Sra. Rosana Evangelista (ANA)** explicou que esta articulação promovida pela ANA entre os estados em relação à moratória ainda não ocorreu, e informou que a empresa ENGECORPS foi a vencedora no processo licitatório e contratada para elaboração do PRH-Pantanal. O **Sr. Wilson de Azevedo (CTRQ)** colocou que o CNRH pode ser o condutor dessa articulação entre os estados para propor uma suspensão mais efetiva da construção das PCHs até que o PRH-Pantanal esteja concluído, e esta condução poderia ser feita por meio de uma Moção do CNRH aos governos daqueles estados (MT e MS). Por fim, sugeriu que os produtos referentes ao PRH-Pantanal fossem encaminhados também para análise pela CTPNRH, e em seguida pela apreciação do CNRH. O **Sr. José Quadrelli (CNI)** colocou que o setor industrial considera de grande importância a transparência e competência no processo de elaboração do PRH-Pantanal, conforme tem sido conduzido pelo GAP, assim o setor industrial apoia a condução do GAP da forma como tem sido feita pelo Sr. Leonardo Sampaio. Colocou, como ponto de reflexão, que para o setor industrial não é interessante desqualificar qualquer tipo de atividade econômica e industrial, reconhecendo que é necessário maior cuidado nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos em uma região sensível como a do Pantanal, porém não se pode colocar essa questão como um impedimento ao desenvolvimento da região. A **Sra. Jussara Cabral (OT - ABRH)** se posicionou quanto à importância dos estudos com diagnósticos como o que se propõe no PRH-Paraguai, citando inclusive um exemplo similar de uma decisão ocorrida na bacia do Uruguai, que levou ao órgão ambiental do Estado do RS a suspender o licenciamento ambiental de todos os empreendimentos de PCHs na região até que o estudo de diagnóstico integrado esteja concluído e que se comprove que não ocorrerão problemas posteriores para o meio ambiente e para as atividades produtivas da região. Por fim, a CTPNRH concordou que os produtos relativos ao PRH-Paraguai deverão ser encaminhados à Câmara Técnica para acompanhamento do processo. [Item 4 – Análise da Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos com apoio técnico do consultor Leonardo Mitre:](#) A **Sra. Adriana Lustosa (MMA/SRHU)** fez a introdução contextualizando que o consultor Leonardo Mitre vem atuando junto à SRHU no desenvolvimento do estudo de diagnóstico e avaliação da implementação do PNRH e proposição de recomendações, incluindo a dinâmica com os membros da CTPNRH que seria aplicada na sequência. Então o **Sr.**

Leonardo Mitre (Consultor) distribuiu dois questionários a serem respondidos pelos membros da CTPNRH: um sobre análise da percepção social, que foi distribuído e respondido durante o Seminário de revisão do PNRH, ocorrido em 13/09/2016; e outro sobre análise mais técnica com indicadores qualitativos de avaliação da implementação do PNRH desde 2005 até o momento. O trabalho durante a reunião focaria neste segundo questionário, que traz perguntas referentes à cada uma das 22 prioridades estabelecidas no PNRH. Explicou que uma das competências da CTPNRH, dadas pela Resolução CNRH nº 94/2008, é de acompanhar, analisar e emitir parecer sobre o PNRH, sua implementação e suas revisões, e que, de forma indireta, a avaliação do PNRH reflete a avaliação do SINGREH. Assim, na medida em que o consultor fazia a apresentação das informações relativas a cada questão, a maioria extraídas dos relatórios de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil para auxiliar os presentes no preenchimento do questionário, fazia-se uma pausa para discussões sobre o tema e preenchimento do questionário pelos presentes, com o intuito de coletar a percepção da CTPNRH sobre a implementação do PNRH em nível Nacional. Reiterou que as respostas individuais serão compiladas pelo consultor para a consolidação no dia seguinte correspondendo à percepção da CTPNRH e não de cada membro. Chamou atenção também para a objetividade que se buscou dar às questões relativas a cada prioridade, lembrando que o PNRH é composto por diretrizes e prioridades sem uma definição numérica clara das metas a serem atingidas (ex. nº de CBHs a serem implementados em determinadas regiões). Além disso, o PNRH é em âmbito Nacional, e que as percepções de sua implementação para cada Estado podem ser diferentes, sendo necessária sua avaliação por todos os membros para que se busque uma percepção média da CTPNRH para o país como um todo, sendo esta percepção média seria debatida e consolidada no dia seguinte. Os representantes de alguns dos setores presentes na reunião não se sentiram confortáveis no preenchimento do questionário naquele momento pois consideraram importante debater as questões junto às suas entidades. Assim, a **Sra. Adriana Lustosa (MMA/SRHU)** propôs que o questionário fosse encaminhado a estes representantes para que enviassem suas respostas posteriormente, o que contou com a concordância dos presentes. A **Sra. Jussara Cabral (OT - ABRH)** ponderou que quem fosse responder o questionário posteriormente não deveria participar das discussões específicas sobre o resultado, dessa primeira etapa desse dia, na reunião do dia seguinte para que as respostas não fossem enviesadas considerando a consolidação que se pretendia fazer, e que o consultor receberia as respostas posteriormente, e as agregaria ao resultado final. O **Sr. Leonardo Mitre (Consultor)** complementou que o outro questionário, sobre a percepção social, seria interessante que os representantes da CTPNRH o levem aos seus setores representados para se coletar o máximo de respostas para possibilitar uma percepção social de forma mais ampla. A partir das discussões com a contribuição por todos os presentes, cada uma das questões referentes às 22 prioridades do PNRH foram respondidas e os formulários com as respostas entregues ao consultor para a discussão e consolidação junto aos membros da CTPNRH no dia seguinte (Item 7 da pauta). No final das discussões, o consultor ainda explicou que todos os indicadores sofrerão uma ponderação para agregá-los em um indicador global de implementação do PNRH, para facilitar o acompanhamento de sua implementação futura. [Item 5 – Apresentação dos resultados do seminário “Prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020”, pela SRHU/MMA:](#) A **Sra. Adriana Lustosa (MMA/SRHU)** lembrou que o trabalho em curso vem sendo conduzido desde 2015 tendo como objetivo a revisão das Prioridades do PNRH para o ciclo de 2016-2020, e que na presente revisão, tem-se buscado não apenas o estabelecimento das prioridades para o período, mas também a proposição ações, metas e indicadores para o seu monitoramento. Complementou que o Seminário ocorrido em 13/09/2016 buscou a consolidação dos resultados da revisão que vinha sendo feita até então, além da definição de ações e metas para 2016-2020. Informou que como resultado do seminário foram estabelecidas 15 ações e metas prioritárias para o novo ciclo, as quais foram hierarquizadas

conforme o grau de priorização evidenciado na consulta pública e durante o seminário. Por fim, esclareceu que a CTPNRH deverá agora revisar cada uma daquelas 15 metas e ações prioritárias buscando sua consolidação para o encaminhamento ao CNRH por meio do Parecer e da Resolução de aprovação dessa revisão. Assim, deu sequência à análise das 15 metas e ações, que contou com a participação e contribuição de todos os presentes, sendo que para cada meta relacionada às ações, buscou-se a identificação das instituições responsáveis por sua implementação dentro dos períodos, que também foram especificados. Após analisadas as 15 metas e ações prioritárias, a **Sra. Adriana Lustosa (MMA/SRHU)** sugeriu a inversão de pauta, passando-se à análise do Item 7 para garantir a participação de todos na conclusão da análise da Implementação do PNRH. Todos concordaram. O documento resultante da análise das metas e ações está disponível no portal do CNRH junto aos demais documentos da 94ª Reunião da CTPNRH. Item 6 – Análise da minuta de resolução aprovando os resultados da revisão do PNRH para 2016-2020 e respectivo Parecer Técnico, pela CTPNRH/CNRH: Após finalizar a discussão sobre as metas e ações prioritárias do PNRH, e com o avançar do tempo, a **Sra. Adriana Lustosa (MMA/SRHU)** sugeriu que os membros da CTPNRH leiam as minutas de resolução e do respectivo parecer, já encaminhadas, com o olhar após as análises das ações e metas, para o seu aprimoramento e deliberação sobre essas minutas na próxima reunião. A **Sra. Jussara Cabral (OT - ABRH)** sugeriu que a SRHU encaminhe as minutas novamente, junto com os documentos revisados no Item 5, colocando um prazo para contribuições para encaminhar dentro do prazo regimental (10 dias) para próxima reunião. Item 7 – Conclusão da Análise da Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos com apoio técnico do consultor Leonardo Mitre: O **Sr. Leonardo Mitre (Consultor)** explicou que fez a tabulação das respostas aos questionários, conforme feito no dia anterior, não colocando todos os textos completos, e que a ideia naquele momento seria de verificar as tendências, as quais foram apresentadas aos presentes de forma gráfica, auxiliado pela **Sra. Adriana Lustosa (MMA/SRHU)**, quem leu cada uma das respostas relativas a cada questão. O Consultor adiantou que a maioria das respostas tiveram convergência sobre a percepção técnica da implementação do PNRH desde seu lançamento até o momento, e que os pesos ainda não foram considerados porque ainda faltam as respostas daqueles que não se sentiram confortáveis em responder. A **Sra. Adriana Lustosa (MMA/SRHU)** informou que o questionário será enviado de forma eletrônica para que os membros da CTPNRH que não responderam, encaminhem suas respostas até a próxima sexta-feira (28/10/2016) para a consolidação final pelo consultor. Decidiu-se que o documento será disponibilizado aos membros da CTPNRH depois do recebimento das respostas e de sua consolidação final pelo consultor. Item 8 – Assuntos gerais e encerramento: Vencida a pauta, a **Sra. Jussara Cabral (OT - ABRH)**, presidente da CTPNRH, lembrou que a proposta de Moção sobre as questões das PCHs na região do Paraguai poderá também entrar como item de pauta na próxima reunião, dependendo do andamento das análises dos documentos relativos aos Itens 5, 6 e 7, que devem ser finalizados com a perspectiva de encaminhamento em regime de urgência ao CNRH, devido ao prazo regimental antes de sua próxima reunião prevista para início de dezembro. Por fim, encerrou a 94ª Reunião da CTPNRH com agradecimento à presença de todos, ficando a próxima reunião agendada para o dia 21/11/2016.

Ata aprovada na 95ª Reunião da CTPNRH.



Jussara Cabral Cruz
Presidente da CTPNRH



Antônio Calazans Reis Miranda
Relator da CTPNRH